

ENTRE APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS: AS PRÁTICAS DOCENTES COEDUCATIVAS EM GÊNERO E SEXUALIDADES NO COTIDIANO DA SALA DE AULA

Rubem Viana de Carvalho

Mestrando em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA), psicólogo pelo Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP/DeVry) e pedagogo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). E-mail: rubem.viana@ufpe.br

Resumo

A presente pesquisa lança-se na discussão da coeducação de gênero e sexualidades na sala de aula, analisada a partir das práticas docentes cotidianas dos/as professores/as do quinto ano do ensino fundamental I de uma escola pública municipal. Acreditando que a educação é um dispositivo importante no enfrentamento às desigualdades de gênero e sexualidades entendemos que de forma direta os professores e as professoras exercem papel indispensável na educação em gênero e sexualidades podendo contribuir tanto para o silenciamento quanto para o enfrentamento a essa questão na escola. Desta forma, para compreendermos como é tratada as questões de gênero e sexualidades na educação básica nos propomos aqui a: Analisar as relações de gênero e sexualidades nas práticas docentes do Ensino Fundamental I e suas aproximações e distanciamentos de práticas coeducativas. Quanto ao método de pesquisa, optamos pela pesquisa qualitativa do tipo etnográfico e para análise dos dados, nos embasamos na Análise de Conteúdo na proposta Bardin (2016). Os resultados apontam para a inexistência da coeducação de gênero e sexualidades como práticas docentes consolidadas e ainda de práticas estereotipadas, no entanto, identificamos a existência de práticas coeducativas isoladas ou momentos coeducativos não totalmente politizados nas relações professor/a-aluno/a.

Palavras-Chave: Escola. Práticas docentes. Coeducação. Gênero. Sexualidades

Introdução

A escola enquanto instituição social é historicamente marcada pelas desigualdades sexuais e de gênero, que ainda estão presentes em muitas práticas pedagógicas e docentes dos espaços escolares contemporâneos, desigualdades que segregam e excluem sujeitos, considerados diferentes ou desviantes da norma padrão, a mulher, o/a negro/a, o/a homossexual, o/a transexual entre outros/as.

Assim, por muito tempo, meninas não puderam frequentar o espaço escolar, ou tiveram uma educação diferente da destinada aos meninos, pensada para a esfera privada da vida social, por serem consideradas o “segundo sexo”, o sexo que devia ser educado para a família, que deveria assegurar através do casamento filhos a sociedade. O exercício do pensamento crítico e o ensino para a profissionalização era destinado aos meninos (ALMEIDA, 2007a, 2007b).

No entanto, alguns esforços têm sido tomados para diminuir as desigualdades sexuais e de gênero na escola, a partir de olhares que vêm problematizando as práticas docentes, quando realizadas por professores e professoras e pedagógicas quando realizadas pela comunidade escolar, como é o caso da coeducação. Esses novos olhares para as políticas escolares e para as práticas docentes e pedagógicas surgiram com o movimento feminista do final século XIX, através de reivindicações das mulheres ao sufrágio e por igualdade educacional para meninos e meninas por meio de uma educação indiferenciada para ambos os sexos, dando surgimento as escolas mistas e coeducativas.

No entanto, a escola mista que hoje temos no Brasil, se revela falha, no que se refere a educação crítica para a equidade de gênero, pois a simples mistura entre meninos e meninas não é suficiente para diminuir as desigualdades sexuais e de gênero, já que, essas, continuam sendo ensinadas e reproduzidas, pois são fruto de uma estrutura social disciplinar complexa, histórica e estrutural, que influencia as relações e práticas educativas.

É diante deste contexto que aponta para a necessidade de novas práticas emancipadoras e democráticas que lançamos o seguinte propósito: Analisar as relações de gênero e sexualidades nas práticas docentes do Ensino Fundamental I e suas aproximações e distanciamentos de práticas coeducativas. Para podermos refletir sobre como

é tratada as relações de gênero e sexualidades na educação básica a partir das práticas docentes.

O estudo está delimitado enquanto campo a uma escola pública municipal da cidade de Caruaru no Agreste Pernambucano. Os sujeitos que se dispuseram a participar da pesquisa são dois professores que dividem as disciplinas do quinto ano do ensino fundamental na escola em questão. Um professor que daremos o nome de P1, e uma professora, que daremos o nome de P2, por motivos éticos a fim de preservar suas identidades na apresentação dos resultados. A turma de quinto ano onde a pesquisa foi realizada possuía 40 alunos, sendo 17 meninas e 23 meninos.

No que tange ao método epistemológico, nossa pesquisa é do tipo etnográfico e foi realizada em um período de quatro meses. Esse tipo de pesquisa nos possibilita “tentar entender como operam no seu dia a dia os mecanismos de dominação e resistência, de opressão e de contestação ao mesmo tempo em que são veiculados e reelaborados conhecimentos, atitudes, valores, crença, modos de ver e de sentir a realidade e o mundo” (ANDRÉ, 2011, p. 41).

Na fase de tratamento dos dados utilizaremos a Análise de Conteúdo, baseada na perspectiva de Bardin (1977). A partir da AC tivemos a finalidade de analisar todo o material e categorizar as experiências mais proeminentes a fim de responder nossos objetivos. Desta forma, essa técnica, possibilitou a categorização do material coletado por meio de inferência sobre os dados via observação e entrevistas semiestruturadas.

A coeducação de gênero e sexualidades enquanto prática de enfrentamento as desigualdades de gênero e sexualidades na escola

A partir da “segunda onda” do movimento feminista, em meados de 1960, surge a teorização da problemática do conceito gênero no movimento, que agora, se volta para o campo acadêmico, para além da militância política, propondo, então, agora a teorização das questões relativas ao sujeito mulher em relação com os homens na sociedade (LOURO, 1997). As estudiosas feministas denunciam o ocultamento da mulher na esfera pública e entre os espaços da arena política a escola e a academia.

Estes estudos questionam principalmente o determinismo biológico que sustentava a tese de que por serem sexualmente diferentes homens e mulheres teriam posições sociais diferentes, utilizada por séculos para justificar a desigualdade social entre homens e mulheres. Assim, os estudos vêm demonstrar que não são as características sexuais, mas o que se fala ou se pensa sobre elas, que vai construir o que é masculino ou feminino em uma sociedade e em um tempo histórico. O debate vai se construir sobre uma nova análise onde gênero passa a ser o conceito central da discussão, conceito esse que passa a incluir também as questões do homem, e das masculinidades (LOURO, 1997).

Butler (1990), destaca o gênero como a inscrição primeira, inauguradora do processo de subjetivação, dentre as múltiplas marcas que a cultura impõe sobre os corpos, para a autora:

No lugar de uma identificação original a servir como causa determinante, a identidade de gênero pode ser preconcebida como uma história pessoal/cultural de significados recebidos, sujeitos a um conjunto de práticas imitativas que se referem lateralmente a outras imitações e que, em conjunto, constroem a ilusão de um eu de gênero primário e interno marcado pelo gênero, ou parodiam o mecanismo dessa construção (BUTLER, 1990, p. 197).

Nesse sentido, a identidade de gênero se forma pelo aprendizado cultural de significados performativos de modelos fornecidos pela cultura. Sendo assim, a biologia não define o humano, nem mesmo o sexo pois este se mostra necessariamente plástico e conseqüentemente múltiplo (BUTLER, 1990). É preciso observar também que estas relações, que são sociais e históricas, constituem e são constitutivas dos gêneros e implicam em relações de poder. Assim, Louro (1997, p.41) afirma que “os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder”. É no interior das redes de poder que são instituídas e nomeadas as diferenças e desigualdades.

O movimento feminista Americano e Europeu trouxeram inúmeras contribuições a nossa sociedade quando reivindicaram e subverteram o lugar da mulher na sociedade patriarcal. No âmbito da educação não foi diferente, excluídas por séculos da escolaridade, por serem impedidas de frequentar a escola, que era destinada aos homens, as mulheres desse movimento, engajaram-se na luta por direitos educacionais e equidade de gênero. As feministas consideravam que a melhor forma

de se obter equidade entre os sexos era através da educação indiferenciada para ambos, que seria concretizada na escola mista através da coeducação das relações de gênero (ALMEIDA, 2007a, 2007b).

Almeida (2007a, p.64), conceitua a coeducação da seguinte forma “na terminologia pedagógica, coeducar se refere ao ato educativo no qual ambos os sexos aprendem na mesma escola, na mesma classe, nas mesmas horas e utilizando-se os mesmos métodos”. E ainda para a autora a coeducação acontece de fato quando é colocada a exigência de cooperação entre os sexos em todas as atividades escolares sob a necessidade de respeito à individualidade pessoal e sexual de cada educando, dentro de uma compreensão em que as diferenças sexuais são entendidas enquanto diferenças de gênero construídas socialmente, ou seja não corresponde apenas ao sexo biológico.

No entanto, as escolas mistas se proliferaram no Brasil, muito mais pelas condições socioeconômicas em que o país se encontrava, já que custavam menos aos cofres público, do que, por uma ideologia de equidade educacional (ALMEIDA, 2007a, 2007b). Auad (2006), ressalta sobre essa discussão que o projeto inicial de coeducação no Brasil falhou, pois o que de fato foi implantado no país, foi um modelo de escolas mistas, o projeto de coeducação feminista de equidade de gênero foi suprimido pelo sistema.

Para Auad (2006), a coeducação ganha um aspecto mais amplo configurando-se para autora como política educacional democrática, que prevê medidas de inter-relações entre gênero em diversos espaços educativos incluindo a escola:

A um modo de gerenciar as relações de gênero na escola, de maneira a questionar e reconstruir as ideias sobre o feminino e sobre o masculino. Trata-se de uma política educacional, que prevê um conjunto de medidas e ações a serem implementadas nos sistemas de ensino, nas unidades escolares, nos afazeres das salas de aulas e nos jogos e nas brincadeiras dos pátios (AUAD, 2006, p. 79).

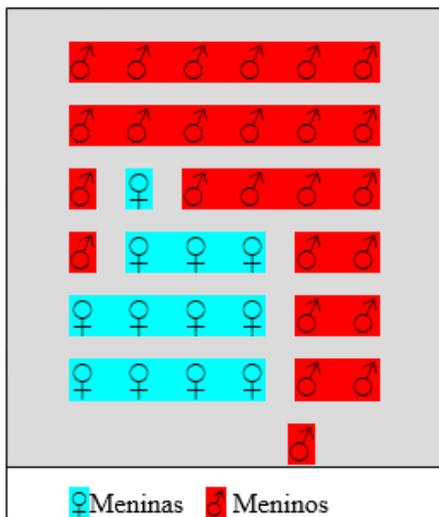
A autora citada faz também uma diferenciação entre escolas mistas e coeducação pois para a autora, além dos meninos e meninas, estarem “misturados” realizando as mesmas atividades de forma que as diferenças sejam respeitadas, na coeducação é necessário que as oposições históricas sobre o lugar da mulher e do feminino e do homem e do masculino na sociedade, e as relações de gênero que também compreendem, relações de poder, sejam questionados.

Entendemos que além de se estabelecer o princípio de igualdade na diferença, não havendo diferenciação de qualquer natureza entre meninos e meninas. A coeducação em gênero e sexualidades pode ser um importante instrumento de enfrentamento as desigualdades de gênero e sexualidades na escola a partir do questionamento e da proposição de práticas reflexivas sobre a ordem estabelecida heemonicamente para os gêneros e as sexualidades.

Entre aproximações e distanciamos coeducativos as práticas docentes de mistura e separação

Acreditamos que a escola é hoje um dos espaços mais estratégicos no enfrentamento as desigualdades sexuais, de gênero e étnico raciais e que cresce no país experiências importantes nessa direção. A fim de compreendermos como se dão as relações de gênero nas práticas docentes dos/as docentes P1 e P2 e suas aproximações com as práticas coeducativas, faz-se necessário compreendermos as principais características comportamentais e relacionais da turma do quinto ano na qual realizamos a pesquisa. O quadro a baixo, nos dá a possibilidade de visualizarmos como os alunos e alunas se distribuem em sala de aula:

Quadro 1 - Disposição dos alunos/as na sala



Fonte: Produzido pelo autor

E claramente visível a partir da disposição dos/as alunos/as no quadro 1 a divisão entre meninos e meninas que existe na turma que possui 40 alunos onde 16 são meninas e 24 meninos. Nesse dia, haviam 37 presentes, onde as meninas são minoria e se sentam sempre do lado esquerdo, já os meninos, sempre estão em maioria e sentam nas carteiras da frente, e no canto direito da sala. A partir do extrato do diário de campo a seguir é possível compreendermos melhor como funciona a turma no que se refere as relações estabelecidas em sala.

Pôde ser observado também que durante atividades em que é solicitado a interação dos/as alunos/as, há pouca ou nenhuma interação entre meninos e meninas, as interações se dão quase sempre por afinidade menino/menino, menina/menina, assim como em momentos de distração, ou em momentos em que o professor sai de sala, Foi observado que os meninos solicitam mais a atenção do professor os meninos da frente ao questionar atividades, solicitar correção de atividades e ao participarem das aulas, e os do fundo através da indisciplina (DIÁRIO DE CAMPO II, 26 de outubro de 2016).

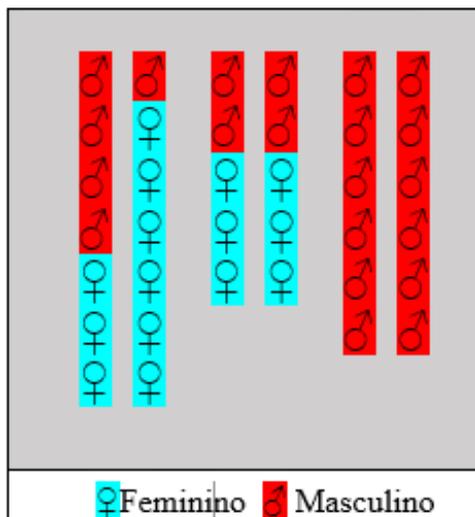
A esse respeito Louro (1997), nos alerta para a finalidade naturalizante das relações que são constituídas no espaço escolar, assim como, a forma como esse espaço é utilizado de maneira diferenciada por meninas e meninos, não só o espaço físico, mas também o espaço sonoro. Pois, “por um aprendizado eficaz, continuado e sutil, um ritmo, uma cadência, uma disposição física, uma postura parece penetrar nos sujeitos” (LOURO, 1997, p. 61). Produzindo o que a autora chama de identidade, ou corpo educado.

Na nossa observação verificamos que o uso dos gêneros nas práticas de mistura e separação são feitos tanto pelo professor P1, quanto pela professora P2, no entanto, essas práticas são feitas na maioria das vezes ou para facilitar a atividade ou na intenção de conter a indisciplina e não como uma prática coeducativa de problematização das diferenças, são práticas que ao contrário podem reforçar divisões e desigualdades.

Na nossa observação em campo ocorreram várias situações onde os/as professores solicitam que os alunos/as formem duplas ou grupos para facilitar a atividade proposta. Como esses grupos são formados para facilitar a aula, ou as duplas e grupos são formados por

proximidade, ou os próprios alunos formam suas duplas ou grupos juntando-se a colegas que têm mais afinidade, geralmente do mesmo sexo, como pode ser visto no quadro 2 onde P1 solicita que os/as aluno/as formem duplas afim de viabilizar a atividade proposta:

Quadro 2 - Disposição dos alunos na sala após a solicitação da formação de duplas



Fonte: Produzido pelo autor

As duplas formadas nessa atividade como mostra o quadro 2 não viabiliza a mistura de gênero, tendo em vista que são feitas pelo critério afinidade ou proximidade, por isso, há apenas 3 duplas mistas, em um total de 15 duplas, essa atividade foi feita na aula do professor P1, mas também aconteceu isso algumas vezes na aula da professora P2. Na entrevista com P2 sobre essa questão podemos perceber que ela deixa os alunos e alunas fazerem suas duplas por afinidade ou proximidade e que ela não escolhe os gêneros na formação das duplas ou grupos, o que seria uma prática docente importante se a turma não fosse tão dividida:

[...] não acho que tem que ter isso de menino com menino e menina com menina não. Até porque, assim, quando eu faço duplas na sala eu nem olho quem tá do lado do outro, eu vou juntando quem está próximo, se for menino vai com menino ou menina. Eu

deixo eles ficarem juntos, portanto que eles façam o trabalho (Entrevista com P2, 7 de novembro de 2016).

Na fala dela, assim como nas falas de P1 é possível perceber que eles de alguma forma compreendem que de alguma forma as separações de gênero podem corresponder a concepções arcaicas de sujeitos, no entanto, na prática deles isso não se personifica enquanto atividades de mistura coeducativa, fica apenas no campo teórico, a professora P1 tenta tratar os meninos e meninas de forma igual ao formar duplas, mas a não observação da divisão radical de gênero que existe na turma acaba por distanciar a possibilidade de diálogo entre duplas mistas.

Com relação as práticas de mistura que é condição indispensável para que exista a coeducação Auad (2006), vem nos alertar para o fato de que se essas práticas não tiverem uma função pedagógica pensada para integração e respeito as diferenças, essas não corresponderão a práticas coeducativas, pois a mistura entre meninos e meninas sem uma reflexão que vise uma igual valorização de gênero e de sexualidades pode cristalizar o aprendizado da separação reproduzindo hierarquias.

Outra prática que acreditamos que pode produzir e reproduzir desigualdades é o constante enfileiramento dos alunos e alunas que é presente em praticamente todas as atividades como pode ser visto no quadro 2 e 3 a esse respeito P1 e P2 nos relataram que eles tentaram mudar essa realidade dentro da sala de aula ao fazer círculos ou outras disposições, mas a direção/coordenação da escola inviabilizam isso, como podemos ver em suas falas:

Eu trabalho nesta escola há cinco anos, no primeiro e no segundo ano eu tinha a dinâmica de sempre ir trocando as disposições das bancas, eu fazia círculo, fazia semicírculo, eu fazia uns quadrados, um grupo para um lado e grupo para o outro, mas eu sempre encontrei resistência e bronca por parte do pessoal da escola, e o pessoal da limpeza quando vinham limpar “porque está desse jeito era para estar enfileirada?”. E eu confesso, que fui ficando chateado e irritado, e me faltou paciência, eu disse, eu vou deixar como está. Raramente hoje, vez ou outra, eu faço uma atividade para mudar as bancas do lugar (Entrevista com P1, 7 de novembro de 2016).

É possível perceber a dificuldade e o cansaço do professor diante das práticas normativas da escola vencido pela norma. Não obstante, foram observados enfileiramentos também nas práticas docentes possivelmente em comum acordo com as práticas pedagógicas da escola. Para além do enfileiramento das carteiras é hábito comum dentro das salas, filas feitas antes dos/as alunos/as entrarem na sala, antes e depois deles e delas irem ao intervalo, no meio da aula, e no final da aula, antes da saída dos alunos e alunas. Essas filas muitas vezes são feitas por escolha de gênero, por exemplo, muitas vezes são feitas filas mistas quando são trocados alunos/as de lugar aleatoriamente na fila para que não dialogue com aos/as colegas a sua volta.

Deste modo essa realidade confirma o pensamento de Louro (1997), pois a forma com que a escola está organizada continua a fomentar as desigualdades de gênero entre meninos e meninas na escola, a simples possibilidade de mudar a disposição das cadeiras na sala de aula poderia mudar toda uma estrutura verticalizada que separa meninos de meninas, mas isso não acontece para não mudar a ordem vigente.

Não obstante, foi verificada práticas docentes que se forem aperfeiçoadas e feitas de forma consciente, enquanto seus objetivos e finalidades podem ser utilizadas a fim de enfrentar as desigualdades de gênero na escola, ancoramos essas observações e pontuações na compreensão de Auad (2006) e Almeida (2007a, 2007b), sobre coeducação, ressaltando que não são práticas completas de coeducação, são práticas que na nossa compreensão tem em alguns momentos características coeducativas isoladas, ou características importantes para a implantação da coeducação para além das misturas na prática pedagógica.

A prática docente identificada apresentou-se na aula do professor P1, esse professor tem a prática de ouvir o que os/as alunos/as têm a falar sobre o assunto proposto ou sobre qualquer outro. Ele não chega a fazer uma grande problematização ou a demarcar e pontuar situações de desigualdade de gênero, no entanto, o ato de escuta e a intervenção do professor, mesmo que em alguns casos observados carregadas de estereótipos, pode ser importante para horizontalizar a relação professor-aluno/a como nos coloca Louro (1997), vejamos a partir do diário de campo, uma situação onde isso ocorre:

[...] o professor P1 solicita que os alunos formem duplas com o colega do lado afim de fazer as atividades, é possível observar que alguns meninos resistiram fazer duplas com meninas, houve uma situação em que um menino disse que preferia ficar sozinho a dupla que ele estava formando era com uma menina, o professor questionou que ninguém vive sozinho, perguntou se ele morava sozinho e se um dia não pretenderia casar, o professor para a aula para discutir um pouco o ocorrido com o aluno (DIÁRIO DE CAMPO 1, 27 de outubro de 2016).

A pesar do professor demarca a situação como um problema de gênero o faz de certa forma estereotipada, quando ele traz como exemplo uma relação heterossexual como uma possível necessidade de relação futura com uma mulher para o aluno. Não obstante consideramos que a prática de problematização do professor é importante, pois aproxima-se de forma parcial as concepções coeducativas propostas por Auad (2006), no entanto, para que sejam efetiva precisaria estar presentes em toda prática docente e aliadas a outras práticas emancipatórias não estereotipadas de escuta e de consideração dos alunos e das alunas enquanto sujeitos de opinião para efetivar o combate às desigualdades de gênero no espaço escolar.

Não obstante, para que a escola possa mudar a forma como trata das questões de gênero e sexualidades é preciso que além das transformações na relação professor/a aluno/a e nas práticas docentes e pedagógicas, sejam pensadas políticas públicas para os currículos escolares, para os sistemas educacionais, livros didáticos para que também não reproduzam desigualdades. No entanto, mesmo que essas ações não se desenvolvam, pois levam tempo e dependem em sua grande maioria de ações políticas e legislativas, os professores e professoras podem e devem assumir práticas coeducativas, no dia a dia, da sala de aula (AUAD, 2006).

Considerações finais

As práticas dos/as professores relativos as questões de gênero e sexualidade apontam para um certo ocultamento da responsabilidade de suas práticas revestidas por vezes de estereótipos e de posicionamentos próprios do senso comum, isso pode dificultar a possibilidade de criação de práticas que de fato tenham um compromisso

coeducativo, assim como podem agravar ainda mais as desigualdades de gênero existentes na escola.

A partir de nossa análise verificamos o uso dos grupos e duplas a partir da separação e da mistura dos gêneros, no entanto, esse eram feitos, na maioria das vezes, com a intenção de facilitar a atividade ou para conter a indisciplina dos alunos/as. Desta forma, não verificamos práticas completas de coeducação, mas identificamos algumas práticas mistas.

Não obstante, ao analisar um panorama geral, mesmo em meio a tantas práticas já obsoletas em relação ao uso de gênero e de sexualidades em sala de aula, encontramos ao menos uma contribuição significativa, mesmo que permeada de estereótipos, rumo a problematização das desigualdades de gênero. Isso tem acontecido pelo aumento da problematização da temática de gênero e sexualidades que pesquisadores/as e professores/as ousado/as têm levantado nos cursos de licenciatura, visto que os/as docentes informaram que tiveram contato com a temática. No entanto, sabemos a partir da realidade de desigualdade, na qual, a escola ainda está emersa que o que tem sido feito precisa ser ampliado, precisa estar nos currículos de formação docente, e nos currículos escolares, assim como também precisam se tornar políticas públicas.

Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas. São Paulo. Editora Patirus. 18^a edição. 2011.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Co-educação ou classes mistas? Indícios para a historiografia escolar (São Paulo–1870-1930)**. Revista brasileira de estudos pedagógicos, v. 86, n. 213/214, 2007a. Disponível em:< <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/836>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

ALMEIDA, Jane Soares de. **A co-educação dos sexos: apontamentos para uma interpretação histórica**. Revista História da Educação, v. 11, n. 22, p. 61-86, 2007b. Disponível em:<<http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/29288/pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos:** relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70. 1977.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.